

## Oralidade amazônica nas páginas do alternativo *Jornal Pessoal* <sup>1</sup>

AMORIM, Célia Trindade <sup>2</sup>

Universidade Federal do Pará/Facom

**RESUMO**: Este artigo faz uma análise de elementos do universo da oralidade nas manchetes de capa do *Jornal Pessoal*, uma mídia alternativa que existe há 23 anos na cultura amazônica. Uma das estratégias deste periódico, na construção de suas manchetes, é a utilização de tal universo com a finalidade de assegurar a assimilação e a memorização da sua mensagem jornalística. Por isso vários recursos da oralidade se fazem presentes nas capas do *Jornal Pessoal*, como a brevidade, o ritmo, a repetição de palavras, as letras e sílabas, a eroticidade sonora e as aliterações, originando frases prontas, ditos populares que, com sua fluidez e ritmo, atraem o olho e o ouvido do leitor, facilitando assim o seu entendimento. Estas frases são curtas, agressivas, compostas de alta carga figurativa que dilacera a lógica da escritura, impondo uma releitura da manchete. Ao misturar elementos orais na escritura, numa mescla com os materiais da cultura, o *Jornal Pessoal* estimula o leitor a uma reflexão crítica e complexa das grandes temáticas da Amazônia. A publicação nasce em 1987, pós-ditadura militar, e se insere na história do jornalismo alternativo brasileiro como um periódico que luta bravamente contra a censura e a favor do direito social da informação na Amazônia. Os autores que compõem o aporte teórico deste artigo são Walt Ong, Paul Zumthor, Amálio Pinheiro e Juarez Bahia.

Palavras-chave: Mídia Alternativa. Linguagem. Oralidade. Manchete. Amazônia.

### Introdução

Este artigo começa com um importante questionamento decorrente da reflexão acerca de uma aparente contradição que ocorre nas primeiras páginas do *Jornal Pessoal*: por que um periódico<sup>3</sup>, possuidor muitas vezes de um texto jornalístico rebuscado, trabalha com frases simples do universo coloquial brasileiro, ditos populares para compor suas manchetes de capa?

As manchetes do *Jornal Pessoal*, em sua maioria, recuperam elementos da oralidade da cultura brasileira, especificamente a amazônica, onde está situado o periódico paraense. Um exemplo é a exploração criativamente sonora da edição nº 252, **O Pará parou**, que “impõe um

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT de Mídias Alternativas, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2011.

<sup>2</sup> Professora Dr<sup>a</sup> do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente desenvolve pesquisa na área de Comunicação com ênfase nos seguintes temas: mídia alternativa, metalinguagem jornalística, comunicação popular. E-mail: Célia.trindade.amorim@gmail.com

<sup>3</sup> A publicação nasce em 1987, pós-ditadura militar, e se insere na história do jornalismo alternativo brasileiro como um periódico que luta bravamente contra a censura e a favor do direito social da informação na Amazônia. Uma tarefa hercúlea se se considerar que o periódico existe há 23 anos totalmente à margem do circuito hegemônico industrial, pois nunca contou com nenhum tipo de publicidade que o sustente, o que faz de tal empreendimento uma experiência jornalística radical e singular na Região Norte em pleno século XXI. A idade também é rara em se tratando de um veículo alternativo brasileiro, basta consultar a literatura da área, entre elas, a clássica *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, de Bernardo Kucinski, 1991. Tal complexidade se torna ainda maior quando se percebe que a publicação, que chega às mãos do leitor a cada quinzena, é produzida solitariamente pelo sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto. É ele quem realiza todas as tarefas de redação: pauta, captação de notícias, reportagem, revisão, edição e às vezes distribuição. A única exceção é com relação à charge, assinada pelo humorista gráfico, Luís Pinto, irmão do jornalista. Como não gera lucro econômico, seu proprietário o mantém juntamente com seus leitores.

enquadramento ao olho e acelera a leitura” (PINHEIRO, 1994, p. 56), produzindo um efeito de sentido importante na primeira página.

Mas, qual a intenção de se trabalhar nas manchetes esse recurso aparentemente tão óbvio? Ong (1998, p. 15) explica que

Ver a linguagem como fenômeno oral parece ser inevitável e óbvio. Os seres humanos comunicam-se de inúmeras maneiras, fazendo uso de todos os seus sentidos: tato, paladar, olfato e especialmente visão, assim como audição. [...] Contudo, num sentido profundo, a linguagem, o som articulado, tem importância capital. Não apenas a comunicação está relacionada de forma absolutamente especial ao som, mas o próprio pensamento.

Esta afirmação refuta a tese de que o universo oral, por ser acessível aos seres humanos, é algo meramente óbvio. Ao contrário, faz ver a teia complexa que envolve som e pensamento. É nesse sentido que o jornalista Lúcio Flávio Pinto, ao fazer uso da oralidade nas manchetes de capa do alternativo, lembra o que Ong (1998, p. 16) afirma a respeito da escritura:

Todos os textos escritos devem, de algum modo, estar direta e indiretamente relacionados ao mundo sonoro, habitat natural da linguagem, para comunicar seus significados. ‘Ler’ um texto significa convertê-lo em som, em voz alta ou na imaginação, sílaba por sílaba na leitura lenta ou de modo superficial na leitura rápida, comum a culturas de alta tecnologia.

Por mais evoluída que seja, a escrita, segundo Ong, nunca pode prescindir da oralidade. “A expressão oral pode existir – e na maioria das vezes existiu – sem qualquer escrita, mas nunca a escrita sem a oralidade” (ONG, 1998, p. 16).

Ong (1998), em seus estudos, faz uma distinção entre a oralidade primária e a secundária. A primária faz parte de uma cultura que não tem contato com nenhum conhecimento da escrita ou da impressão, diferentemente da oralidade secundária

da atual cultura de alta tecnologia, na qual uma nova oralidade é alimentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão ou por outros dispositivos eletrônicos, cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão (ONG, 1998, p. 19).

Atualmente o mundo da oralidade primária referida por Ong (1998), no seu sentido restrito, praticamente não existe, já que todas as culturas apresentam alguma relação com o conhecimento da escrita e, conseqüentemente, sofrem alguns de seus efeitos. “Contudo, em diferentes graus, muitas culturas e subculturas, até mesmo no meio de alta tecnologia, preservam muito da estrutura mental da oralidade primária” (ONG, 1998, p. 19).

### **Manchete: O universo da voz na escritura**

O estudo da oralidade primária em Ong (1998) possibilita perceber, nas páginas do *Jornal Pessoal*, principalmente no que diz respeito à construção das suas manchetes de capa, a subsistência

de alguns de seus signos. Estes, que se compõem, entre outras coisas, da gestualidade da voz e da eroticidade sonora, embora pareçam simples, ao se mesclarem com o código verbal-escrito, atingem o leitor fazendo das manchetes uma espécie de diagrama sonoro-visual-gráfico-oral, um trânsito entre escrita e oralidade.

Como ocorre tal mecanismo? Será que há uma reelaboração de técnicas da tradição oral (SILVA, 1997) na construção das manchetes do jornal com a finalidade de a sua mensagem ser facilmente entendida, memorizada e fixada?

Nas sociedades puramente orais, “a redução das palavras a sons determina não apenas os modos de expressão, mas também os processos mentais” (ONG, 1998, p. 44). O estudioso ainda questiona: Como uma cultura oral reúne material organizado para fins de recordação, já que não conta com a técnica da escritura? (ONG, 1998, p. 44). Ele afirma que a única resposta é

pensar pensamentos memoráveis. Numa cultura oral primária, para resolver efetivamente o problema da retenção e da recuperação do pensamento cuidadosamente articulado, é preciso exercê-lo segundo padrões mnemônicos, moldados para uma pronta repetição oral (ONG, 1998, p. 45).

Havelock (1963 apud ONG, 1998, p.45) afirma que o pensamento, quando fundado na oralidade,

deve surgir em padrões fortemente rítmicos, equilibrados, em repetições ou antíteses, em aliterações e assonâncias, em expressões epítéticas ou outras expressões formulares, em conjuntos temáticos padronizados [...], em provérbios que são constantemente ouvidos por todos, de forma a vir prontamente ao espírito, e que são eles próprios modelados para a retenção rápida e para a recordação – ou em outra forma mnemônica. As reflexões e os métodos de memorização estão entrelaçados. A mnemônica deve determinar até mesmo a sintaxe.

As fórmulas, as quais constituem os textos orais (PARRY apud ONG, 1998, p. 34), são formações de palavras usadas nas mesmas condições métricas para expressar uma idéia e que ajudam “a implementar o discurso rítmico, funcionando por si sós como apoios mnemônicos, como expressões fixas que circulam pelas bocas e ouvidos de todos” (ONG, 1998, p. 45).

Ong (1998, p. 45) cita como exemplos as seguintes frases: vermelho pela manhã, o alerta do marinheiro; vermelho à noite, a delícia do marinheiro. Errar é humano, perdoar é divino. A videira aderente. O robusto carvalho.

Pode-se afirmar que as manchetes das reportagens de capa do *Jornal Pessoal* se constroem por essa trilha, oferecendo ao leitor um mundo de elementos da oralidade há muito conhecido de todos, com a finalidade de assegurar a assimilação e a memorização da sua mensagem jornalística, numa verdadeira “troca verbal em que os jogos de linguagem se libertam facilmente dos regulamentos institucionais” (ZUMTHOR, 1997, p. 32).

São exemplos dessas manchetes as citadas abaixo, que apontam, com humor e certa ironia, para a formação de um mosaico hiperbolicamente crítico na primeira página: **Farinha do mesmo saco** (PINTO, 1998a); **A mesma moeda** (PINTO, 2000f); **Excesso e Escassez** (PINTO, 2001d);

**Um deus de lama** (PINTO, 1992a); **Ninguém sabe, ninguém viu** (PINTO, 2002e); **Os bois estão voando** (PINTO, 1991a); **A lambada maluca** (PINTO, 1997f); **Circo ou pão** (PINTO, 1991b); **O “pega, ladrão”** (PINTO, 2000h); **O Pará parou** (PINTO, 2001e); **Pagando o pato** (PINTO, 1999b); **Um pinóquio na PMB?** (PINTO, 2000i); **A sangria do Pará** (PINTO, 1989c); **Vai ter marmelada?** (PINTO, 2002f); **Os sonhos vão-se de trem** (PINTO, 1997i); **Defesa faz-de-conta** (PINTO, 1989b); **Governo faz que não vê** (PINTO, 1997d).

Os títulos de capa do *Jornal Pessoal* acima apresentados seguem padrões rítmicos, fixos, equilibrados e algumas de suas expressões podem ser encontradas ocasionalmente impressas em livros de adágios mas, segundo Ong (1998, p. 46), nas culturas orais essas expressões não são eventuais e, sim, constantes, formando a substância do próprio pensamento.

Na capa intitulada **Um deus de lama**, edição nº 98, o alternativo ironicamente parafraseia a frase popular “um mar de lama”, numa alusão à política paraense do início da década de 90. E explica o porquê:

Hélio Gueiros [ex-governador do Estado do Pará], apresentou-se na TV como se fosse um Deus, expulsando o anjo que o traiu [Jader Barbalho]. Mas a história verdadeira é muito diferente. Este é o personagem mais cínico do enredo (PINTO, 1992a, p. 1).

Outra sugestiva manchete, **O “pega, ladrão”**, nº 236, é uma explosão coloquial brasileira que se encontra na “boca do povo”, sendo muito bem entendida por este. Com uma generosa dose de humor, a manchete provoca uma surpresa no leitor. Afinal, quem é o ladrão? O JP dá a resposta:

de paladino da causa ecológica, o superintendente do Ibama no Pará, Paulo Castelo Branco, surge como chefe de quadrilha, usando o tráfico de influência para extorquir madeireiras. Com sua prisão, na semana passada, a polícia começou a levantar um tapete que esconde sujeira acumulada há tempos. A dúvida, agora, é saber se a varrição será completa (PINTO, 2000h, p. 1).

O título **Circo ou pão**, da edição nº 67, pode ser entendido da seguinte forma: circo, como diversão; e pão, como alimento, numa clara referência à histórica política do pão e circo do governo romano, quando a maioria desfavorecida e miserável clamava pela reforma agrária e César, para acalmá-la, distribuía gratuitamente cereal, bem como liberava a entrada para esse povo assistir a espetáculos dos gladiadores no Coliseu.

A reportagem ressalta, entre outros assuntos, a política do então governador do Pará, Jader Barbalho, no início dos anos 90, que preencheu “certos cargos segundo critérios políticos e sem a exigência de qualificação técnica” (PINTO, 1991b, p. 1)

Apesar da potencialidade do fenômeno oral, durante muitos séculos e até recentemente, o mundo das ciências e das letras rejeitou tal universo. Ong (1998, p. 17) explica o porquê de tal

afirmação:

O estudo da linguagem, a não ser nas últimas décadas, concentrou-se mais nos textos escritos do que na oralidade por um motivo facilmente identificável: a relação do próprio estudo com a escrita. Todo pensamento, inclusive nas culturas orais primárias, é de certo ponto analítico: ele divide seu material em vários componentes. Mas o exame abstratamente seqüencial, classificatório e explicativo dos fenômenos ou de verdades estabelecidas é impossível sem a escrita e a leitura. Os seres humanos, nas culturas orais primárias, não afetadas por qualquer tipo de escrita, aprendem muito, possuem e praticam uma grande sabedoria, porém não ‘estudam’.

Ong (1998, p. 17) informa ainda que esses povos aprendem, não pelo estudo restrito, mas ouvindo e repetindo o que ouvem, dominando provérbios e meios de combiná-los e recombina-los, assimilando outros materiais formulares e participando de um tipo de retrospectiva coletiva.

O pensamento e as formas de expressão desses povos requerem um estilo aditivo oral (ONG, 1998), em oposição ao subordinativo, assinalado pela lógica da escritura ocidental. Utilizando um universo conhecido de todos, “os textos orais eram elaborados em orações coordenadas, permitindo que cada parte da informação tivesse igual peso, de modo que servissem como contexto umas às outras” (SILVA, 1997, p. 52).

Nas várias manchetes do *Jornal Pessoal*, o que se observa são expressões populares (lógica da coordenação), com sua fluidez e ritmo para atrair o olho e o ouvido do leitor. Frases com alta carga figurativa, que dilaceram a lógica da escritura, e que, em decorrência do próprio contexto cultural, facilitam o entendimento da mensagem. Porém a exigência no jornalismo da linearidade, baseada na subordinação (sujeito, predicado, atributos), (SILVA, 1997, P.52) convive ao lado da coordenação, na produção das reportagens, algumas manchetes, artigos, entrevistas e outros textos jornalísticos, recurso que não escapa das páginas do alternativo, possuidor de uma escritura refinada.

O título **Pagando o pato**, edição nº 208, constitui-se numa sentença curta, debochada, agressiva, composta por letras e sílabas que se cruzam numa estratégia que impõe ao público uma releitura da manchete. Assim o jornal questiona a justiça paraense permeada por contas passivas e pela prática do nepotismo.

Como no dito popular **O povo é quem paga o pato**, o alternativo, abusando da repetição do P numa rasgadura da vogal A, argumenta se quem vai pagar por esta prática é a juíza Martha Inez Antunes Lima por denunciar irregularidades na mais alta corte do judiciário paraense. (PINTO, 1999b, p. 1),

Esta capa crítico-reflexiva é mais um caso de apropriação dos elementos da cultura na linguagem do *Jornal Pessoal*, já que **Pagando o pato** é uma sentença retirada do universo coloquial brasileiro, e o pato, em alguns estados, juntamente com o tucupi, um líquido amarelo extraído da mandioca, compõem um dos pratos da culinária do País.

Os recursos do universo oral permeiam as mídias. O jornal *O Pasquim*, um dos veículos

alternativos que virou símbolo de resistência nos anos da ditadura militar (1964-1985), também se apropriou de elementos da oralidade brasileira em várias de suas manchetes, de capa ou não, frases de rápida memorização com a finalidade de a mensagem jornalística ser facilmente fixada, principalmente em um período no qual o Estado autoritário se fez presente com seus militares fora das casernas.

A manchete de capa do nº 488 do periódico citado mostra o clima de apreensão da época: **Quem tem jornal tem medo**, que segundo José Luiz Braga (1991, p.82), parafraseia o provérbio popular “quem tem cu tem medo”. O de nº 428 apresenta o título **Um jornal que quer poder dizer o que quer**, o de número 457 vem com o provérbio **Mais verde de susto do que de esperança**.

Não se pode desprezar o mundo da oralidade. A velha máxima “as palavras têm poder” não deixa de ser verdadeira, principalmente entre povos orais desprovidos de qualquer contato com a escritura. Ong (1998, p. 43) enfatiza as razões:

os povos orais pensam que os nomes (um gênero de palavras) são capazes de transmitir poder para outras coisas. As explicações sobre os nomes dados por Adão aos animais no Gênesis 2:20 geralmente atraem uma atenção condescendente para essa antiga crença presumivelmente exótica. Essa crença é, na verdade, muito menos exótica do que parece à primeira vista às nações quirográficas e tipográficas. Antes de mais nada, os nomes realmente dão aos seres humanos um poder sobre aquilo que nomeiam: sem aprender um vasto suprimento de nomes, somos simplesmente incapazes de compreender, por exemplo, a química e pôr em prática a engenharia química.

A questão do nominalismo também é apontada por Zumthor (1997, p. 33) quando analisa que

toda comunicação oral, como obra da voz, palavra assim proferida por quem detém o direito ou se lhe atribui, estabelece um ato de autoridade: ato único, nunca reiterável identicamente. Ela confere um nome na medida em que o que é dito nomeia o ato feito, dizendo-o.

Constata-se uma espécie de “autoridade da voz” presente na elaboração das manchetes de capa do *Jornal Pessoal*, potencializando seus elementos a fim de ampliar a sua ação bem como a sua intenção persuasiva. Um exemplo está na edição de nº 172, intitulada **A Lambada maluca**. Observa-se um jogo de espelhos aliterativos nas sílabas lam... mal... obrigando uma leitura em vai-e-vem. A manchete contém elementos de construção poética que enriquecem a linguagem do alternativo.

Nesta mesma manchete datada de 1997, o jornalista ironicamente enfatiza: “o último lance no xadrez político pré-eleitoral é de endoidar: o governador Almir Gabriel chama o senador Jader Barbalho para uma conversa. Dizem que é sobre os interesses do Estado. Na verdade é uma mexida que pode mudar o quadro de uma maneira tão drástica quanto o acerto de contas entre o governador e o grupo *Liberal*. **A hora é do vale-tudo. Adivinhe quem vai pagar a conta**” (PINTO, 1997f, p. 1, grifo nosso). Estas orações nada mais são que refugos da oralidade gritando na escritura do JP de

forma dinâmica.

No ano seguinte, na capa de nº 188 com a manchete **Farinha do mesmo saco**, oriunda da fala popular, o alternativo argumenta:

a política brasileira costuma mudar como as nuvens no céu, súbita e radicalmente. Mas em poucos lugares ela é tão volúvel e inconsistente quanto no Pará. Às vésperas da oficialização das principais candidaturas, todos aguardam pela definição do senador Jader. O aliado poderá se tornar inimigo, dependendo do pronunciamento do ex-governador. Os discursos também mudarão (PINTO, 1998a, p.1).

A frase, bastante conhecida do povo brasileiro, é constituída também com um dos elementos de sua cultura e culinária, a farinha de mandioca.

Traduzidas da oralidade, nota-se, nas manchetes do *Jornal Pessoal*, a intenção da comunicação imediata com os leitores, pois trabalha com vários recursos desse universo, como a brevidade, o ritmo, a repetição de palavras, letras e sílabas, a eroticidade sonora, a utilização de uma “referência mais ou menos próxima ao cotidiano da vida humana” (ONG, 1998, p. 53) e outros.

### **O Pará parou**

Na manchete **O Pará Parou**, nº 252, (PINTO, 2001e, p. 1), o periódico abusa novamente de padrão fortemente rítmico e equilibrado com uma temática constantemente ouvida por todos os paraenses, objetivando a retenção rápida e a recordação da mensagem jornalística.

**O Pará parou** é uma expressão extraída de uma das músicas em ritmo de carimbó, do mestre Pinduca, cantor popular paraense. A letra faz referência ao açaí, fruto de uma palmeira típica da floresta amazônica que, juntamente com a farinha de mandioca (usada em todo o Brasil), de tradição indígena, compõem a mesa paraoara. Um trecho da canção que combina sílabas bastante rítmicas diz o seguinte:

*Quem foi ao Pará*

*parou.*

*Tomou açaí*

*Ficou[...]*

Inspirado nos versos da música de Pinduca, o jornalista Lúcio Flávio Pinto compôs a manchete de capa do *Jornal Pessoal*, mas com um viés contrário ao da canção. Nesta, o turista, encantado pelas belezas naturais da região, ao beber do vinho decide ficar no Pará. Na manchete, o jornalista mostra, de forma crítica – uma das marcas do alternativo – que o Estado está totalmente parado. Observam-se ainda os materiais da cultura irrompendo no código verbal literalmente. Ao

usar o A e o P de forma escancarada, tem-se uma aliteração tipicamente paraoara, concedendo um certo hibridismo erótico-semântico à manchete.

O **Pará parou** é uma sentença curta com apenas duas palavras oxítonas. Uma paronomásia, um interessante jogo sonoro que não tem como não ser percebido pelo leitor, pois “libera para o olho e para o ouvido, através de golpes sintáticos na palavra escrita, o que tinha sido e vinha sendo negado à voz: presença física, escuta móbil, visualidade estrutural, eroticidade sonora” (PINHEIRO, 1994, p. 31).

O universo da oralidade na produção das manchetes do JP não surge por acaso, apresentando-se fortemente enraizado na América Latina que tem como uma de suas origens a cultura africana, “por excelência, cultura da voz” (ZUMTHOR, 1997, p. 43).

Pinheiro (1994, p. 43), ao fazer uma reflexão da contribuição do negro na formação da linguagem e cultura brasileiras, oferece uma informação elucidativa para o momento:

Aqui no Brasil, cabe-nos, entre outras coisas, a tarefa de encaixar, em montagem cultural criativa, a modernização técnica e científica na massa lingüística, cultural e histórica miscigenante [...] Essa é uma dificuldade prática, a que só os inventores da linguagem se dedicaram coerentemente: dar ordenação a um estado aluvional da cultura, onde o processo de verbalização une-se à violenta e difícil intrusão de outras esferas rítmico-auditivo-visuais. A não aceitação dessa intrusão do não-verbal no verbal acarreta o rebaixamento da verbalidade ao nível da linearidade estatuída. [...]. Falo não só do corpo físico, mas desse corpo-escritura, ou escritura-corpo, que os negros ajudaram em muito a construir na América Latina, trazendo para o campo da palavra o enovelamento mestiço e barroquizante do ritmo do tambor, dos quadris, do andar, e trazendo para o âmbito do significado de cada termo o estremecimento do significante, esse traço supra-segmentar, entonacional, que machuca o dicionário e o renova semanticamente.

Vale aqui enfatizar que a produção cultural de quase todo o período da colonização do Brasil (entre 1534 – ano da carta de doação da primeira capitania hereditária – e 1822 – ano da independência política) “emerge da tradição oral e manuscrita que caracteriza as sociedades de vizinhanças” (BAHIA, 1990, p. 33). Nos séculos XVII e XVIII, o jornalismo brasileiro oral e manuscrito, precedente à tipografia,

restabelece formas antigas de comunicação da notícia, da idéia e da crítica para exprimir a insatisfação popular contra o domínio estrangeiro [...], que se expressa pelos novidadeiros de rua e de café, pela carta, pela sátira [...] de poetas panfletários, como Gregório de Matos, ou pela oratória clássica de padre Antônio Vieira. Na Bahia seiscentista, a perseguição do governador-geral do Brasil à poesia de crítica social antecipa a sorte da tipografia setecentista (BAHIA, 1990, p. 31-32).

Entre as obras de Gregório de Matos destaca-se a sátira *Juízo*, um poema crítico em que expõe, numa linguagem burlesca, as realidades sociais e administrativas da colônia Portuguesa.

Documenta, como numa ampla reportagem, os abusos e desmandos dos governadores, do clero, da burguesia latifundiária, dos comerciantes. É um jornal falado e manuscrito a denunciar de forma direta e objetiva o processo político e econômico que violenta as consciências e materializa a corrupção envolvendo atravessadores, meirinhos, guardas, sargentos que retêm gêneros e estoques de produtos como o açúcar, para forçar a elevação



dos preços (BAHIA, 1990, p. 32).

## Considerações Finais

Diante do exposto, constata-se que Lúcio Flávio Pinto mistura elementos orais na escritura, numa mescla com os materiais da cultura para a elaboração das suas manchetes de primeira página, trabalhando com elementos barroquizantes da fala popular. E neste intercruzamento de códigos oral-escrito nas manchetes de primeira página, o jornal, possuidor de uma escritura refinada, tende a uma fricção dos contrários, inibindo as oposições binárias oral/escrita, popular/erudito e outros infinitos pares ocidentalizantes, confirmando a presença de uma prática jornalística baseada na cultura que promove, em todas as suas esferas, a conjunção e não a disjunção, o que estimula o leitor a uma reflexão crítica e complexa das grandes temáticas da Amazônia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica da imprensa brasileira** . 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70, mais pra epa que pra oba...** Brasília: Universidade de Brasília, 1991.
- CARPENTIER, Alejo. **Literatura e consciência política na América Latina** . Tradução Manuel J. Palmeirim. São Paulo: Global, 1969.
- KUNCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa** . São Paulo: Scritta, 1991.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro** . Petrópolis: Vozes, 1985.
- ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita** . Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.
- PINHEIRO, Amálio. **Aquém da identidade e da oposição; formas na cultura mestiça** . São Paulo: UNIMEP, 1994.
- PINTO, Lúcio Flávio. Os bois estão voando. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 76, 2. quin. out. 1991a.
- \_\_\_\_\_. Circo ou pão. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 67, 1. quin. jun. 1991b.
- \_\_\_\_\_. Defesa faz-de-conta. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 35, 1. quin. fev. 1989b.
- \_\_\_\_\_. Um deus de lama. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 98, 2. quin. set. 1992a.
- \_\_\_\_\_. Excesso e escassez. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 255, 2. quin. mar. 2001d.
- \_\_\_\_\_. Farinha do mesmo saco. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 188, 1. quin. jun. 1998a.
- \_\_\_\_\_. Governo faz que não vê. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 155, 2. quin. jan. 1997d.

- \_\_\_\_\_. A lambada maluca. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 172, 1. quin. out. 1997f.
- \_\_\_\_\_. A mesma moeda. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 226, 1. quin. jan. 2000f.
- \_\_\_\_\_. Ninguém sabe, ninguém viu. **Jornal Pessoal** , Belém, n.290, ago. 2002e.
- \_\_\_\_\_. Pagando o pato. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 208, 1. quin. abr. 1999b.
- \_\_\_\_\_. O Pará parou. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 252, 1. quin. fev. 2001e.
- \_\_\_\_\_. O “pega, ladrão”. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 236, 1. quin. jun. 2000h.
- \_\_\_\_\_. Os sonhos vão-se de trem. **Jornal Pessoal** , Belém, n. 160, 1. quin. abr. 1997i.
- \_\_\_\_\_. Vai ter marmelada? **Jornal Pessoal** , Belém, n. 281, 1. quin. abr. 2002f.
- SARDUY, Severo. **Barroco** . Tradução Maria de Lurdes Júdice; José Manuel de Vasconcelos. Lisboa: Vega, 1989.
- SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias** . 2. ed. São Paulo: Experimento, 1996.
- SILVA, Júlia Lúcia de Oliveira Albano. **Rádio**: a oralidade mediatizada. 1997. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. Tradução Amálio Pinheiro; Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à poesia oral**. Tradução Jerusa Pires Ferreira; Maria Lúcia Diniz Pochat; Maria Inês de Almeida. São Paulo: Hucitec, 1997.